

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 07 a 09/03

Na pauta do Senado, constam os seguintes projetos de lei, entre outros:

- **PL 3.878/2020**, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine);
- **PL 781/2020**, que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de Patrulhas Maria da Penha e sobre a simplificação do procedimento para romper a situação de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
- **PL 4.915/2019**, que determina a desconsideração de valores recebidos em decorrência do rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, para cálculo da renda familiar mensal usada como critério para fins de elegibilidade ao Programa Bolsa Família, ao Benefício de Prestação Continuada e à Renda Mensal Vitalícia.

Até o momento, não foram divulgadas outras matérias que também poderão ser deliberadas nesta semana.

**Resultado:** O Senado aprovou o PL 781/2020, que propõe mais ações de fiscalização das medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar e estimula a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Também foi aprovado o PL 3.878/2020, que reserva 10% das vagas nas agências públicas de emprego para mulheres vítimas de violência. Os projetos seguem para sanção presidencial.

Treze das 14 comissões permanentes do Senado elegeram nesta quarta-feira (8) seus presidentes. A eleição dos presidentes das comissões marca o início dos trabalhos dos colegiados.

<b>Comissão</b>	<b>Presidente</b>
<u>Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)</u>	Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
<u>Comissão de Assuntos Sociais (CAS)</u>	Humberto Costa (PT-PE)
<u>Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)</u>	Davi Alcolumbre (União-AP)
<u>Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)</u>	Carlos Viana (Podemos-MG)
<u>Comissão de Direitos Humanos (CDH)</u>	Paulo Paim (PT-RS)
<u>Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR)</u>	Marcelo Castro (MDB-PI)
<u>Comissão de Educação (CE)</u>	Flávio Arns (PSB-PR)
<u>Comissão de Infraestrutura (CI)</u>	Confúcio Moura (MDB-RO)
<u>Comissão de Meio Ambiente (CMA)</u>	Leila Barros (PDT-DF)
<u>Comissão de Agricultura (CRA)</u>	Soraya Thronicke (União-MS)
<u>Comissão de Relações Exteriores (CRE)</u>	Renan Calheiros (MDB-AL)
Comissão Senado do Futuro (CSF)	A definir
<u>Comissão de Segurança Pública (CSP)</u>	Sérgio Petecão (PSD-AC)
<u>Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC)</u>	Omar Aziz (PSD-AM)

<b>Comissão Temporária sobre a Situação dos Yanomami – 08/03</b>
--

Aprovado Plano de Trabalho apresentado pelo relator da Comissão Temporária sobre a Situação dos Yanomami, senador Dr. Hiran (PP-RR). O plano prevê duas viagens ao estado para ouvir a população afetada pela crise humanitária e autoridades locais. Com as diligências, que incluirão visitas ao Hospital de Campanha de Surucucu, à Casa de Saúde Indígena e ao Hospital da Criança de Boa Vista, o relator espera identificar os principais problemas sociais, de saúde pública e ambientais.

De acordo com Dr. Hiran, a comissão fará três audiências públicas para consultar os setores envolvidos na crise humanitária.

Segundo o documento apresentado, a primeira audiência discutirá a situação dos indígenas. Serão convidados:

- Um representante dos ianomâmis, a ser indicado pelo Ministério dos Povos Indígenas;
- O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Roque Paloschi;
- O presidente do Conselho-Diretor da Missão Evangélica Caiuá, reverendo Geraldo Silveira;
- O procurador-chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima, Miguel Almeida;
- Um representante da 6ª Câmara da Procuradoria-Geral da República, que trata de populações indígenas e tradicionais; e
- Um representante do Instituto Socioambiental (ISA).

A segunda audiência ouvirá representantes dos garimpeiros. Devem comparecer representantes das seguintes entidades:

- Cooperativa de Extrativismo Mineiro Artesanal de Roraima;
  - Cooperativa de Garimpeiros de Roraima;
  - Associação Nacional do Ouro (Anoro); e
  - Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários no Estado de São Paulo (Sindival).
- Já a terceira audiência pretende ouvir representantes do governo federal, a partir de indicados pelas pastas:
- Ministério dos Povos Indígenas;
  - Ministério dos Direitos Humanos;
  - Ministério da Saúde;
  - Ministério do Meio Ambiente;
  - Ministério da Justiça e Segurança Pública;
  - Ministério de Minas e Energia; e
  - Ministério da Defesa.

Para acessar o plano de trabalho, [clique aqui](#).

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 07 a 09/03

Na Semana da Mulher, a Câmara dos Deputados pode votar a **MP 1140/2022**, que institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital e o PL 81/2022, que assegura às mulheres o direito a ter acompanhante de sua livre escolha em consultas e exames.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (7) a Medida Provisória 1140/22, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual, à Violência Sexual e aos demais Crimes contra a Dignidade Sexual. De acordo com o texto aprovado, o programa abrangerá toda a administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. A MP original tratava apenas do ambiente escolar. A MP será enviada ao Senado.

O Plenário da Câmara dos Deputados também aprovou o PL 976/2022, que institui uma pensão especial aos filhos e outros dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. O texto segue agora para análise do Senado.

### Grupo de trabalho da Reforma Tributária - 07 e 08/03 – 14h30

O grupo de trabalho criado para analisar a Reforma Tributária (PEC 45/19) para deliberação de requerimentos. No dia 08, é prevista reunião com Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, para apresentação dos textos de Propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Congresso Nacional.

**Resultado:** O grupo de trabalho da reforma tributária (PEC 45/19) aprovou nesta terça-feira (7) 15 requerimentos que incluem vários convidados nas audiências públicas programadas para os próximos dias e abrem espaço para a realização de seis debates regionais no Amazonas, Goiás, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Roraima.

**Comissão Externa para Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e  
Repactuação- 07/03 – 14h**

Audiência Pública sobre Repactuação do acordo referente ao rompimento da Barragem de Fundão: Estado atual da repactuação. Entre os convidados está **Carlos Bruno Ferreira da Silva**, Procurador da República, Coordenador da Força-Tarefa do Rio Doce e Brumadinho.

**Resultado:** A comissão externa da Câmara sobre rompimento de barragens vai atuar na superação dos entraves na repactuação dos acordos de reparação do crime socioambiental de Mariana, que matou 19 pessoas em 2015, após o rompimento da barragem do Fundão. Um balanço da situação, realizado na primeira audiência pública do colegiado nesta terça-feira (7), mostrou atraso nas negociações e dúvidas quanto a pontos cruciais, como valor global e prazo das compensações, além da responsabilidade pela execução de obras.

Em busca de um balanço da situação atual, a audiência pública reuniu vários setores interessados na repactuação dos acordos de Mariana. Para acessar o vídeo da reunião, [clique aqui](#).